

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

O combate à pornografia de vingança e a tutela penal da imagem no Brasil Leonardo Estevam de Assis Zanini e Silvio Luiz Maciel15
Interesse público e sua supremacia: um estudo sobre o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular
Fernando Mariath Rechia35
O Conselho Nacional de Justiça e seus limites sobre a atuação das serventias extrajudiciais Denise Kobashi Silva
Magistratura e capitalismo: elementos para uma crítica Juliana Paula Magalhães
Da inadequação do artigo 185 do Código Tributário Nacional aos postulados constitu- cionais
José Antônio Lomonaco
JURISPRUDÊNCIA
DIREITO ADMINISTRATIVO
Responsabilidade civil do Estado. ECT. Extravio e inutilização de correspondência. Danos materiais e danos morais.
ApCiv 0000523-88.2008.4.03.6118 Desembargador Federal André Nabarrete111
Ibama. Pedido de registro como criador conservacionista. Indeferimento. Autuação e apreensão. Auto de infração e multa. Validade. Presunção de legitimidade dos atos administrativos. Desproporcionalidade na aplicação da multa. Redução. Possibilidade. Princípio da razoabilidade.
ApCiv 0010546-74.2013.4.03.6100 Desembargador Federal Souza Ribeiro



Mandado de Segurança. Matrícula. Ausência de quitação eleitoral. Direitos políticos suspensos. Direito à educação. Ressocialização. RemNecCiv 5000907-62.2018.4.03.6005
Desembargador Federal Fábio Prieto
Improbidade administrativa. Recebimento da inicial. Indícios suficientes de autoria e do materialidade dos fatos.
AI 5001510-11.2018.4.03.0000 Desembargadora Federal Mônica Nobre133
Concurso público. Candidato inabilitado em exame médico. Obesidade grau III. Compa- tibilidade com as atribuições do cargo. Reservista da aeronáutica. ApCiv 5005955-96.2018.4.03.6103
Desembargador Federal Antonio Cedenho
Servidor público. Teletrabalho no exterior. Princípio da razoabilidade. Preservação do interesse público.
AI 5008889-03.2018.4.03.0000 Desembargador Federal Cotrim Guimarães147
Mandado de segurança. Concurso público. Autodeclaração da condição de pardo. Alteração de edital com concurso em andamento. Previsão de formação de comissão de heteroiden tificação sem previsão no edital de abertura. Impossibilidade. AI 5006959-13.2019.4.03.0000
Desembargadora Federal Consuelo Yoshida152
DIREITO CIVIL
Alienação fiduciária. Busca e apreensão. ApCiv 0000650-07.2013.4.03.6100
Desembargador Federal Peixoto Junior163
Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Indeferimento de inscrição pela Caixo Econômica Federal.
ApCiv 5002756-52.2017.4.03.6119 Desembargador Federal Hélio Nogueira176
DIREITO CONSTITUCIONAL
Servidor público. União homoafetiva. Aplicação do previsto no artigo 217, I, alínea "c da Lei nº 8.112/1990 por analogia à união estável. Reconhecimento da sociedade de fato Princípios constitucionais. Precedentes STF. ApReeNec 0027226-52.2004.4.03.6100
Desembargador Federal Wilson Zauhy



DIREITO PENAL

Crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149 do CP). Penas reduzidas. Regime alterado. Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. ApCrim 0005489-94.2011.4.03.6181
Desembargador Federal José Lunardelli
Fraude à licitação. Art. 96, III, da Lei nº 8.666/1993. Materialidade e autoria comprovadas. Dosimetria da pena. ApCrim 0005511-84.2013.4.03.6181 Desembargador Federal Nino Toldo
Inserção de dados falsos em sistema de informações. Art. 313-A do CP. Atribuição de múltiplos números de CPF a uma mesma pessoa física. Dosimetria. Circunstância agravante prevista no art. 61, II, "g", do CP, afastada. Continuidade delitiva. Majoração da pena. Substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos. ApCrim 0000220-41.2016.4.03.6103
Desembargador Federal Fausto De Sanctis
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
Concessão de aposentadoria por tempo de serviço. Litispendência. Extinção do processo. Indenização por danos morais. Cabimento. ApReeNec 0030343-76.2013.4.03.9999
Desembargador Federal Paulo Domingues
Benefício assistencial. Pagamento indevido. Concessão irregular mediante declarações falsas. Ação declaratória de inexigibilidade de débito. Ausência de boa-fé. Processo administrativo regular. Necessidade de devolução. ApCiv 0005263-08.2016.4.03.6119
Desembargadora Federal Marisa Santos278
Aposentadoria por tempo de contribuição. Revisão. Atividade especial. Transporte de GLP. Aposentadoria integral.
ApCiv 0008848-13.2016.4.03.6105 Desembargador Federal Carlos Delgado
Salário maternidade. Óbito da genitora. Concessão do benefício ao genitor. Possibilidade. Proteção da criança.
ApCiv 0016719-18.2017.4.03.9999 Desembargador Federal Baptista Pereira
292
Revisão de benefício. Aposentadoria por tempo de contribuição. Enquadramento de atividade especial. Comissário de bordo. Pressão atmosférica.
Desembargadora Federal Daldice Santana
ApCiv 5000977-16.2017.4.03.6102



Benefício por incapacidade. Cumprimento de sentença. Possibilidade de pagamento das parcelas atrasadas referente ao período de recolhimento de contribuições. Tema 1.013. Suspensão em todo o território nacional. Respeito ao título executivo. AI 5017945-94.2017.4.03.0000 Desembargador Federal Luiz Stefanini
Seguro desemprego. Pedido concedido em primeiro grau de jurisdição. Reforma do julgado em sede recursal. Inadimplemento dos requisitos legais necessários. Segurado mantinha a condição de sócio de empresa à época da demissão sem justa causa. Ag ApCiv 5019064-34.2018.4.03.6183 Desembargador Federal David Dantas
Aposentadoria por idade. Empregada doméstica. REDOM - Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos. Anotação em CTPS. Presunção "juris tantum" de veracidade. Implantação imediata do benefício. AI 5020631-88.2019.4.03.0000 Desembargador Federal Sérgio Nascimento
Incidente de Resolução de Demandadas Repetitivas. Readequação dos benefícios concedidos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 aos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 43/2003. Admissibilidade. IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000 Desembargadora Federal Inês Virgínia
Aposentadoria especial. Enquadramento legal. Motorista de ambulância. Agentes biológicos. Vinte e cinco anos de trabalho insalubre, carência e qualidade de segurado comprovados. ApReeNec 5092575-29.2019.4.03.9999 Desembargador Federal Nelson Porfírio
Auxílio doença. Incapacidade parcial e permanente. Preenchimento dos requisitos legais para a concessão. Possibilidade de reabilitação profissional. ApCiv 5900651-09.2019.4.03.9999 Desembargador Federal Newton De Lucca
Pensão por morte. Prescrição do fundo de direito. Inocorrência. União estável comprovada. Dependência presumida. Presunção relativa não afastada. Termo inicial. Habilitação posterior. ApCiv 5904498-19.2019.4.03.9999 Desembargadora Federal Diva Malerbi
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Agravo interno. Negativa de seguimento ao recurso extraordinário. Correspondência entre o acórdão recorrido e a orientação do STF. Descabimento da manutenção do sobrestamen-

Q



to. Impossibilidade de rediscussão do acórdão paradigma. Contribuição previdenciária. Quinze dias que antecedem a concessão de auxílio-doença. Inexistência de repercussão geral. Tema nº 482 de Repercussão Geral. Ag RE ApCiv 0012441-75.2010.4.03.6100 Desembargador Federal Nery Júnior
Ação Rescisória. Aposentadoria por invalidez. Documentos novos suficientes para alterar decisão rescindenda. Desconstituição do julgado nos termos do artigo 966, VII, do CPC/1973. Procedência do pedido originário. AR 0005394-07.2016.4.03.0000 Desembargador Federal Gilberto Jordan
Embargos de Terceiro. Cumprimento de sentença. Constrição de veículo. Aquisição não demonstrada por documento idôneo. Registro do bloqueio anterior à assinatura da autorização para transferência do veículo. Fraude à execução configurada. ApCiv 0001724-12.2017.4.03.6115 Juiz Federal Convocado Erik Gramstrup
Agravo de Instrumento. Execução Fiscal. Pedido de redirecionamento. Possibilidade. Questão distinta da afetada pelo Representativo da Controvérsia (RESP 16451333/SP - Tema 981). AI 5023612-61.2017.4.03.0000 Desembargador Federal Marcelo Saraiva
Ação Rescisória. Artigo 966, IV, do CPC. Não identificada tríplice identidade das ações: partes, pedido e causas de pedir. Pretensões distintas. Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e aposentadoria especial. Inocorrência de coisa julgada. AR 5001261-60.2018.4.03.0000 Desembargador Federal Toru Yamamoto
Agravo em Suspensão de Liminar. Ação Popular. Prejudicialidade. Não caracterização. Preliminar de ausência superveniente de objeto. Rejeição. Decisão judicial. Suspensão da renovação de contrato de concessão de usina hidrelétrica. Inviabilização de leilão de ações que objetivava a percepção de recursos para o erário. Comprovada ofensa à economia e ordem públicas. Ag SS 5026383-75.2018.4.03.0000 Desembargadora Federal Therezinha Cazerta
Agravo Interno. Anulação de registro de empresa. Declaração de inexistência de débito. Suspensão de anotações negativas em órgãos de proteção ao crédito. Abstenção de cobrança. Alegação de fraude. Plausibilidade. AI 5031720-45.2018.4.03.0000 Desembargador Federal Valdeci dos Santos



Cumprimento de sentença. Execução individual. ACP. Verba honorária. Cabimento. Cri térios. Fixação por equidade. Artigo 85, § 8º, do CPC. AI 5010176-64.2019.4.03.0000
Desembargadora Federal Lucia Ursaia412
Execução Fiscal. Suspensão do protesto. Suspensão/exclusão do CADIN. Impossibilidade de discussão no bojo do próprio feito executivo. AI 5019343-08.2019.4.03.0000
Desembargador Federal Nelton dos Santos
Conflito Negativo de Competência. Mandado de Segurança. Recurso contra decisão de INSS concessiva de benefício previdenciário. Razoável duração do processo. Pretensão para imediata análise do pleito administrativo. Atração da competência do juízo especia lizado em matéria previdenciária. Inocorrência. CC 5020324-37.2019.4.03.0000
Desembargador Federal Carlos Muta
Embargos à Execução. Fidelidade ao título. Modificação dos critérios de correção mone tária. Impossibilidade. Aplicação do assentado pelo STF nos autos do RE 870.947. Recurso da parte exequente parcialmente provido. ApCiv 5895620-08.2019.4.03.9999
Juíza Federal Convocada Vanessa Mello
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Embargos Infringentes. Execução provisória. Indeferimento. Descabimento de decretação da prisão domiciliar em caráter preventivo ou como forma de cumprimento antecipado da pena.
EIfNu 0002587-95.2016.4.03.6181 Desembargador Federal André Nekatschalow
Agravo em Execução Penal. Sistema Penitenciário Federal. Presídio de segurança máxima Inclusão ou renovação do prazo de permanência do preso. Competência para decidir sobre admissibilidade da inclusão/prorrogação. Juízo de origem solicitante. Cognição estreito do juiz federal solicitado.
AgExPe 0000119-72.2019.4.03.0000 Desembargador Federal Maurício Kato441
Recurso em Sentido Estrito. Arts. 241-A e 241-B, ambos do ECA. Liberdade provisória Ausentes requisitos da prisão preventiva. Presença de medidas cautelares alternativas o prisão.
RSE 0000929-23.2019.4.03.6119 Juíza Federal Convocada Louise Filgueiras



DIREITO TRIBUTÁRIO

Embargos à Execução Fiscal. Consórcio. Sucessão. Artigo 133 do CTN. Não ocorrência. ApReeNec 0000146-91.2010.4.03.6104
Desembargador Federal Johonson Di Salvo455
Ação Declaratória de Inexigibilidade de Tributo. Taxa de saúde suplementar (TSS). Bas de cálculo definida em norma infralegal (artigo 3º da RDC nº 10/2000). Violação ao dis posto no artigo 97, inciso IV, do CTN. Honorários advocatícios. Artigo 85, § 11, do CPC Majoração.
ApCiv 0019064-82.2015.4.03.6100
Desembargadora Federal Cecília Marcondes
Embargos de Terceiro. Valor da causa. Imóvel. Alienação após a inscrição de débitos en dívida ativa. Solvência do devedor não demonstrada. Fraude à Execução Fiscal. Incidência do artigo 185 do CTN. Afastamento da Súmula 375/STJ. Precedente do STJ em Recursa Representativo da Controvérsia.
ApCiv 0000053-55.2016.4.03.6125
Desembargador Federal Mairan Maia
IPI. Isenção. Lei nº 8.989/1995. Deficiente físico. Sinistro de veículo. Perda total. Lapse temporal para novo benefício. Desnecessidade. Sentença proferida em consonância como entendimento do C. STJ.
ApReeNec 5003548-63.2017.4.03.6100 Desembargadora Federal Marli Ferreira
SENTENÇAS
Ação ordinária. Anulação do crédito tributário. Cancelamento da inscrição em dívido ativa. Recolhimento de CSL. Compensação indevida de base de cálculo negativa de exercícios anteriores.
0017600-09.2004.4.03.6100
Juíza Federal Ana Lucia Petri Betto489
Proventos de aposentadoria. Imposto de renda. Art. 3º da Lei nº 13.315/2016. Benefício previdenciário no valor de um salário mínimo. Residência no exterior. Pleito de cessação do recolhimento e devolução dos valores retidos mensalmente.
0007129-45.2016.4.03.6315 Juiz Federal Pedro Henrique Meira Figueiredo
Ação declaratória. Procuradora da Fazenda Nacional. Teletrabalho. Exercício no exterior Acompanhamento de cônjuge. 5000687-83.2018.4.03.6128 Juiz Federal Fernando Cezar Carrusca Vieira
Juiz rederai rernando Cezar Carrusca vieira501

